

# Ruptura ou turbulência? Reflexões acerca da crise dos subprimes sobre o sistema capitalista

André Silva Pomponet<sup>1</sup>

## Resumo

A crise dos *subprimes* nos Estados Unidos provocou um abalo que o sistema capitalista não enfrentava há décadas. Esse abalo sinaliza uma ruptura nos padrões de funcionamento do sistema que exigirá uma reconfiguração cuja extensão é ainda difícil de estimar. O presente trabalho tem o objetivo de produzir uma reflexão sobre a recessão que se anuncia sobre a economia mundial, considerando a perspectiva de que o Estado e o capitalismo, de uma forma geral, vão passar a funcionar sob um novo padrão, no qual os governos tendem a desempenhar um papel mais ativo, contrariando a lógica vigente nas últimas décadas.

**Palavras-chave:** Crise. Capitalismo. Estado. Ruptura.

## Abstract

The subprime crisis in the United States caused a blow to the capitalist system it hasn't suffered for decades. This indicates a quake rupture patterns of the system and will require a reconfiguration whose extent is still difficult to estimate. This work aims to produce a reflection on the recession to take place on the world economy, considering the view that the state and capitalism, in general, they will be working under a new pattern in which governments tend to play a more active role, contrary to the prevailing logic in the last decades.

**Keywords:** Crisis. Capitalism. State. Rupture.

## INTRODUÇÃO

Os fenômenos econômicos que foram se acumulando ao longo dos séculos têm sido passíveis de interpretações que se avolumam e, quando validadas através da aplicação de métodos científicos, adquirem o *status* de teorias. Teorias em ciências sociais, no entanto, não se conservam num patamar de pureza científica cristalizada, estando sujeitas aos valores e às idiosincrasias de quem as elabora. A combinação da interpretação científica com a subjetividade do observador se traduz em discrepâncias entre as teorias e os fenômenos econômicos. O passar do tempo evidencia essas discrepâncias que, adiante, são rein-

terpretadas e, novamente, validadas. Até que, inexoravelmente, a teoria exige nova reinterpretação.

A infinita labuta para que a teoria aproxime-se ao máximo da realidade e, portanto, assegure o *status* de ciência perde forças à medida que as concepções ideológicas e as visões de mundo interferem nas observações do pesquisador. A ideologia e os diferentes ângulos de observação politizaram as formulações teóricas, dando origem a um conjunto de escolas de pensamento econômico que, ao longo dos últimos três séculos, se digladiaram na busca de uma "Verdade" que se molda à perspectiva do observador. Rico em diversidade, esse conflito ofereceu visões distintas e interpretações díspares, mas ao longo dos anos, contribuiu para o cerne do que se entende hoje como ciência econômica.

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); especialista em políticas públicas e gestão governamental, exercendo suas funções na Secretaria do Planejamento da Bahia (Seplan). andrepomponet@hotmail.com

Quando a sabedoria econômica predominante ou convencional é incapaz de explicar a realidade, surgem as rupturas que, na verdade, são as reinterpretções aludidas acima. Assim, a história da ciência econômica – que, em linhas gerais, se confunde com a própria história do Capitalismo, visto que a sistematização da primeira coexistiu com a consolidação das bases do último – corresponde ao incessante esforço de reproduzir a realidade com a máxima verossimilhança, embora essa permaneça sujeita às inconsistências ideológicas, políticas e até mesmo às veleidades de seus intérpretes. Mas, imprecisa ou não, o fato é que a correlação entre os fatos e a interpretação econômica

**A recente crise econômica nos Estados Unidos, que rapidamente se espalhou pelo planeta, constitui um desses momentos. Nele estão presentes duas das características mais marcantes das grandes rupturas na economia: a crise em si – com falências, demissões, incertezas e medidas governamentais extraordinárias – e a necessidade de uma reinterpretação da realidade à luz dos novos elementos que o fenômeno traz à tona**

descreve uma trajetória errática que exige eventuais correções de rumo. Essas correções de rumo, todavia, têm motivação invariavelmente exógena, ou seja, são provocadas por novos contextos da realidade que surpreendem a sabedoria convencional e, quase sempre, provocam turbulências e, não raramente, grandes adversidades que afetam a vida dos agentes econômicos.

A recente crise econômica nos Estados Unidos, que rapidamente se espalhou pelo planeta, constitui um desses momentos. Nele estão presentes duas das características mais marcantes das grandes rupturas na economia: a crise em si – com falências, demissões, incertezas e medidas governamentais extraordinárias – e a necessidade de uma reinterpretação da realidade à luz dos novos elementos que o fenômeno traz à tona.

No caso da crise em curso, um desses elementos é a necessidade de se desenvolver mecanismos de controle sobre a especulação financeira e a expansão creditícia descontrolada. Embora não tão incomum, a situação ganhou gravidade graças à evolução tecnológica, que facilita e acelera as operações financeiras, e à liberdade, que permitiu aos mercados o desenvolvimento de incontáveis instrumentos de especulação através de títulos e

outros papéis, se a expressão ainda é cabível na "Era Digital". O outro elemento é a necessidade imposta de uma reinterpretação da realidade: afinal, o chamado neoliberalismo chegou à plena saturação? A partir daqui o Estado deverá desempenhar um papel

regulador mais ativo? Mas como, de que maneira e quais são os limites dessa ação?

O objetivo deste artigo é produzir uma reflexão sobre o tema, obviamente limitada pelos elementos apontados acima: a precocidade de se interpretar a crise em toda a sua magnitude e a impossibilidade de se visualizar, ainda, qual o papel institucional reservado aos Estados no futuro. Além dessa introdução, o presente artigo é composto pela seção seguinte, que

retrata a trajetória errática da evolução capitalista e – sobretudo – de sua interpretação, abrangendo as concepções teóricas que se esgotaram com a Grande Depressão de 1929. Adiante, aborda-se o período histórico compreendido entre o pós-1929 e a recente crise, em que duas visões opostas e – ao mesmo tempo – complementares do capitalismo disputam a hegemonia do pensamento econômico: o arcabouço keynesiano e as ideias neoclássicas recauchutadas e batizadas pelos seus adversários, pejorativamente, como "neoliberalismo". Com base nessa releitura, parte-se para as reflexões para, por fim, arrematar-se com algumas considerações.

#### EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO

As bases da moderna Ciência Econômica foram lançadas, efetivamente, pelo filósofo escocês Adam Smith. Ele o fez partindo das contribuições de pensadores que o antecederam, mas, simultaneamente, produzindo uma interpretação original da atividade econômica no seu tempo. A origem das primeiras especulações sobre a economia, porém, remontam a Aristóteles na Grécia Antiga e, assim como inúmeras outras áreas de conhecimento, hibernou durante a Idade Média ou "Idade das Tre-

vas", quando a Igreja Católica praticamente exercia o monopólio do conhecimento, subordinando toda forma de especulação filosófica à lógica do pecado. Assim, somente com a decomposição do sistema feudal e a lenta, mas inexorável, consolidação capitalista é que se retomaram as especulações sobre as atividades econômicas.

Duas correntes de pensamento adquiriram *status* de escolas econômicas até Smith na historiografia: o mercantilismo e a fisiocracia (HEILBRONER, 1997). Ambas as concepções têm respaldo na realidade histórica do momento: no mercantilismo, supunha-se que o entesouramento era a base de toda a riqueza e os reinos que mais acumulassem metais preciosos – ouro e prata – mais poderosos seriam. Essas ideias surgiram a reboque da expansão marítima europeia, da descoberta de incalculáveis tesouros no novo continente e dos grandes déficits que os monarcas acumulavam, particularmente na Península Ibérica. Já a fisiocracia situava a riqueza no setor primário, considerando as demais atividades estéreis e, portanto, incapazes de gerar riqueza. Eram as ideias da França agrícola do princípio do século XVIII, sistematizadas no *Tableau Économique* de François Quesnay (QUESNAY, 1997).

Um dos pontos de partida de Smith foi a noção de que o trabalho – e não apenas o trabalho agrícola – é que era a origem da riqueza. Combinando-a à noção da importância da atividade comercial para a circulação dessa riqueza, Adam Smith encontrou o ponto de partida da Economia Clássica como matriz científica e do Liberalismo Econômico como plataforma política. Visionário, combatia os freios que as instituições e os valores feudais, ainda em decomposição, opunham à consolidação do capitalismo e ao pleno desenvolvimento das forças produtivas. Nele, o esforço consistia em apontar o atraso imposto pelas limitações ao livre funcionamento dos mercados e, por consequência, ao crescimento econômico (SMITH, 1997).

Essas ideias retratavam o momento histórico que a Inglaterra vivia, em que o desenvolvimento tecnológico ampliava a produção, exigindo mercados cada vez mais amplos para a realização do lucro, já que a extraordinária produção manufatureira não poderia ser absorvida pelo mercado interno.

Daí as pressões pela abolição de barreiras alfandegárias e a defesa intransigente do exercício da ampla liberdade comercial. Esse discurso, todavia, encobria a realidade de uma competição selvagem na qual os ingleses saíram com inegável vantagem. Já o combate que Smith travava contra o Estado – e que o alçou à condição de profeta até os dias atuais – tinha o contexto específico das corporações remanescentes do feudalismo e das monarquias que regiam as nações em formação, com profunda interferência em toda a sociedade, inclusive sobre a atividade econômica.

Assim, percebe-se que a interpretação smithiana da realidade provocou uma ruptura com a forma como se compreendia os fenômenos econômicos até então. Os postulados do livre mercado e do trabalho como fonte de riqueza – mais tarde objetos de aprimoramento – se firmaram e inspiraram praticamente todas as interpretações econômicas posteriores.

Embora a rigor não apresentasse uma contribuição com a dimensão de uma ruptura como o pensamento de Smith, Ricardo incorporou a repartição do produto social entre proprietários e trabalhadores, indicando a acumulação capitalista como uma necessidade imperiosa para a sustentabilidade do sistema (RICARDO, 1997). Também da Grã-Bretanha, Ricardo teve como referências a obra de Adam Smith, que lançara luzes sobre o cenário econômico e a realidade social que o cercava, onde o capitalismo se consolidara e ia aos poucos estabelecendo seus próprios valores. Superadas, portanto, as turbulências da transição de duas formas distintas de organização da produção, podiam se visualizar com maior clareza o conflito entre as classes antagonicas que o capitalismo legava: trabalhadores, empresários capitalistas e proprietários de terras. Esse conflito e a necessidade da distribuição de riquezas de forma que o sistema de acumulação não fosse ameaçado constituíram as principais preocupações de Ricardo (RICARDO, 1997).

À época, início do século XIX, Ricardo travava debates com o Reverendo Rodbertus Malthus, cujas ideias misturavam ciência e religião, o que o notabilizou mais como profeta do apocalipse da explosão populacional, embora Malthus inegavelmente tenha colaborado para a discussão sobre a

repartição do produto social (MALTHUS, 1997). A ênfase nos aspectos distributivos do capitalismo – como a clara preocupação de que o acesso crescente das classes trabalhadoras ao produto social constituía um risco para a perpetuação do sistema que dependia da continuidade do processo de acumulação – era compreensível: o capitalismo ainda se consolidava na Europa e a própria dinâmica de funcionamento não se mostrava com a clareza que as preocupações suscitavam.

Ricardo e Malthus, então, desempenharam o papel de sinalizar para um importante aspecto da expansão capitalista. Só que o próprio funcionamento da engrenagem, posteriormente, mostrou que os temores eram exagerados, já que a distribuição da riqueza era mais autorregulável pelo capital do que supunham os dois autores. Há, contudo, o mérito de que contribuíram para a compreensão do funcionamento do sistema visualizando o antagonismo entre as classes que o compunham e o fenômeno da distribuição do produto social, embora essa compreensão fosse estática e não percebesse os movimentos endógenos do capital.

Dessa forma, na epopeia da construção da ciência econômica, Smith, Ricardo e Malthus dedicaram-se à análise econômica sob a ótica dos detentores do capital: as interpretações eram voltadas para o crescimento capitalista, sem maior compromisso com a repartição equânime da riqueza ou se a dinâmica de funcionamento do sistema pendia para qualquer das categorias de agentes econômicos em interação.

O contraponto a essa forma então hegemônica de interpretação surgiu a partir de meados do século XIX, com Karl Marx. Escritor prolífico e pensador profundo, Marx produziu a mais original interpretação da dinâmica endógena do capitalismo, descrevendo os mecanismos de acumulação e – o que era mais audacioso – prognosticando a derrocada do sistema capitalista em função da tendência decrescente da taxa de lucro. Em suma, o que o capitalismo ganhava em amplitude, perdia em profundidade (MARX, 1988). As causas do fracasso, paradoxalmente, tinham raízes nas causas do sucesso: o processo de produção capitalista, com a crescente mecanização, reduzia a mais-valia apropriada pelo capitalista (o trabalho não-pago ao trabalhador),

reduzindo a taxa de lucro. Para compensar essa redução, era necessário ampliar a produção e empregar máquinas cada vez mais modernas, reduzindo o número de trabalhadores empregados. Em outras palavras, para sobreviver, o capitalismo exigiria um mercado infinitamente elástico, o que não é possível. Esse era o diagnóstico do Marx economista acerca da natureza do capitalismo.

A delimitação entre o Marx economista e o Marx político, todavia, sempre foi muito tênue. A decretação da derrocada capitalista através de insurreições dos trabalhadores mundo afora jamais se concretizou nos países mais desenvolvidos. A sentença refletia muito mais o momento político vivido pela Europa – com insurreições, revoluções e contra-revoluções – que propriamente o desgaste do mecanismo capitalista, então em franco amadurecimento (MARX, 1985). A consolidação dos Estados Nacionais em meados do século XIX e o estabelecimento de regimes democráticos com eleições rotineiras na Europa Ocidental a partir da segunda metade do século XX, aos poucos, tornaram obsoleto o diagnóstico político e o método de tomada do poder previsto pelo pensador alemão. Todavia, as crises rotineiras que começaram a assolar as sociedades europeias mantinham a descrição marxista do funcionamento capitalista como um fantasma que permanecia assombrando a Europa.

Controversas, as ideias de Marx retomam os conceitos lançados por Adam Smith e por Ricardo, no âmbito econômico, e se associam às formulações dos grupos socialistas que proliferavam pela Europa. Acontece, porém, que essa combinação entre teorias econômicas e reivindicações políticas resultou numa contribuição das mais originais, gerando apaixonados debates que transitaram pelas mais distintas áreas de conhecimento. Pela profundidade e originalidade de suas ideias, Marx figura entre os cânones do pensamento econômico, embora em antagonismo aos apóstolos do capitalismo.

Até Keynes, ninguém provocou ruptura tão significativa na forma de interpretar a ciência econômica. E, entre Marx e Keynes, o capitalismo não sofrera qualquer abalo mais sério entre as insurreições das massas trabalhadoras de meados da década de 1840 e a Grande Depressão de 1929. A exceção se deu na Rússia semifeudal que, em 1917, optou

pelo comunismo através de uma insurreição armada. Keynes, contudo, não prognosticava a derrocada capitalista ou a desejava: na verdade, suas formulações teóricas tinham o propósito de corrigir os rumos do sistema sob uma nova realidade, a realidade das crises de superprodução. Aliás, bastante à vontade no capitalismo, Keynes era um *lord* inglês de origem abastada e que, em meio às turbulências dos anos 1930, formulou o princípio da demanda efetiva.

Menos controverso que Marx, Keynes observava que ao Estado cumpria intervir nas atividades em que não houvesse interferência ou participação da iniciativa privada. Mas isso apenas com a finalidade de garantir o consumo que, conforme postulava, era o que assegurava o crescimento econômico e afastava o risco de crises como a que abalara o mundo em 1929. Ei-lo:

O Estado deverá exercer uma função orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através do seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas. (KEYNES, 1985, p. 256).

Nos momentos em que a economia se aproximasse da situação de pleno emprego, cabia ao Estado retirar-se da atividade econômica. Revolucionário na conjuntura da época, Keynes mostrava-se conservador no longo prazo e assumia os postulados clássicos nos momentos de calmaria:

Entretanto, se os nossos controles centrais lograrem estabelecer um volume de produção agregado correspondente o mais aproximadamente possível do pleno emprego, a teoria clássica retomará, daí em diante, a sua devida posição. (KEYNES, 1985, p. 256).

A possibilidade da socialização acelerada dos meios de produção, tal como acontecera na União Soviética, duas décadas antes, era rechaçada por Keynes. Para ele, partindo do pressuposto de que a engrenagem econômica funcionava perfeitamente,

não havia razões para uma participação mais profunda do Estado na economia.

Não se vê nenhuma razão evidente que justifique um Socialismo de Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação.

Não é a propriedade dos meios de produção que convêm ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado de recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete. Ademais, as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem afetar as tradições generalizadas da sociedade. (KEYNES, 1985, p. 256).

**Até Keynes, ninguém provocou ruptura tão significativa na forma de interpretar a ciência econômica. E, entre Marx e Keynes, o capitalismo não sofrera qualquer abalo mais sério entre as insurreições das massas trabalhadoras de meados da década de 1840 e a Grande Depressão de 1929**

A experiência da Grande Depressão e a necessidade de controle estatal sobre as atividades econômicas durante a prolongada guerra que se seguiu, além dos esforços de reconstrução da Europa devastada pelo conflito, consolidaram uma cultura de participação mais efetiva do Estado na economia, inclusive com avanços em relação aos direitos dos trabalhadores. As reduzidas taxas de desemprego e o elevado crescimento econômico que se seguiram e se prolongaram por quase 30 anos estimularam a perpetuação desse modelo, imortalizado como o *Welfare State*. Parecia, então, que o problema econômico fora resolvido, pelo menos no âmbito dos países desenvolvidos.

As vozes neoclássicas calaram-se diante do êxito alcançado pelas políticas que, de certa forma, derivaram da matriz teórica keynesiana, tornando perpétua uma política recomendada para os momentos de crise econômica e que se fortaleceu graças à conjuntura da Segunda Guerra Mundial e do pós-Guerra. A fórmula mágica, todavia, fracassou no início dos anos 1970 e o pensamento de matriz clássica recuperou o terreno perdido, quatro décadas depois. Conforme se verá na seção seguinte, o liberalismo (ou neoliberalismo) manteve-se vivo graças a um grupo restrito que retomou fôlego com a crise da década de 1970 e com a ascensão de governantes conservadores nos países desenvolvidos.

## ORIGEM E EVOLUÇÃO DO NEOLIBERALISMO

A controversa expressão neoliberalismo é associada à retomada das ideias liberais, depois da Grande Depressão de 1929 e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que exigiu dos países envolvidos no conflito forte intervenção governamental, em função dos já citados esforços de guerra. Data dessa época, todavia, o lançamento do livro *Caminhos da Servidão* (1944), de Friedrich Hayek. A obra é uma exaltação à liberdade de mercado e um libelo contra a social-democracia, apontada como uma forma de sujeição ao Estado, assim como o nazismo. Três anos depois, já quando o *Welfare State* derivava do esforço de reconstrução provocado pela guerra, Hayek e um grupo que compartilhava de sua orientação ideológica reuniam-se na Suíça, onde foi organizada uma sociedade cujo "propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro" (ANDERSON, 1995).

Acusados de incapacidade de combater as causas da Grande Depressão de 1929, os liberais (ou neoliberais), tempos depois, produziram uma interpretação para o episódio: o que houve, na realidade, foi uma profunda apatia das autoridades monetárias, incapazes de assegurar a liquidez num momento em que moeda e crédito tornaram-se escassos. Como essa omissão se prolongou, os efeitos foram mais duradouros e profundos, conforme interpretou Friedman (1985), já durante os anos 1960. Assim, a Crise de 1929 não passou, em sua origem, de um conjunto de decisões equivocadas das autoridades monetárias norte-americanas, que não souberam emitir no prazo adequado o volume de moeda necessário para conter a crise.

A partir da década de 1970, o neoliberalismo encontrou terreno fértil para sua proliferação: a crise que atingiu os países desenvolvidos, que combinava inflação ascendente com estagnação econômica, a chamada *estagflação*. A ascensão de governos conservadores de Margaret Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, em 1981, nos Estados Unidos, representaram o retorno da visão liberal à gestão do Estado (POMPONET, 2002, p.23). Em 1982, Kohl derrotou o social-liberalismo alemão

e chegou ao poder. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, passou ao controle de uma coalizão de direita, o governo de Schlüter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também-guinararam à direita (ANDERSON, 1995). Temas como privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho, reforma fiscal e estabilidade monetária voltaram à ordem do dia e coincidiram com a retomada do crescimento econômico e com a redução das taxas de inflação nesses países.

Alguns sustos ocorreram no caminho, como uma crise na Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1987, as turbulências que afetaram as economias asiáticas em meados dos anos 1990 e, por fim, o estouro da bolha especulativa da Nasdaq, em 2000, e o próprio 11 de Setembro de 2001, que produziu desaceleração econômica nos trimestres seguintes e retração no comércio internacional. Mas, mesmo com essas pequenas fissuras, o sólido castelo liberal parecia inabalável e, mais que isso, fadado a uma vigência perpétua, apenas sujeito a eventuais correções de rumo. No âmbito ideológico, no entanto, o sucesso parecia ainda mais inquestionável: os respeitadas e bem-sucedidos executivos do mercado financeiro, as sisudas autoridades monetárias, os experimentados consultores e os repórteres especializados, quase em uníssono, exaltavam as virtudes do sistema de mercado e a necessidade de reformas, que o Brasil, por exemplo, teimava em não cumprir integralmente. Sufocadas, as vozes discordantes conduziam o rótulo de "retrógradas", exprimindo-se em publicações alternativas e em debates nos meios acadêmicos. O Capitalismo Liberal parecia cumprir a profecia do "Fim da História" (FUKUYAMA, 2007), pelo menos na dimensão ideológica.

Todavia, sobreveio a crise dos *subprimes*: as incertezas começaram em 2007, estenderam-se por 2008 e tornaram-se fato consumado com as falências bancárias a partir do segundo semestre. Nos angustiosos dias de outubro, quando o mundo constatava através do noticiário que a crise econômica originada nos Estados Unidos era mais profunda do que a princípio se pensava, a presidente argentina, Cristina Kirchner, sintetizou o pensamento de muitos durante a Cumbre Ibero-Americana em El Salvador:

Hay que llamar las cosas por su nombre: estamos ante el fracaso de un modelo que se instaló a fines de los '80 y dominó el escenario internacional, el modelo neoliberal, más conocido como Consenso de Washington. (CRISTINA..., 2008, p. 2).

Precipitada ou não, a afirmação parte da constatação de que o modelo de acumulação capitalista formatado a partir de meados da década de 1970 sofreu uma ruptura que exige reparos. A própria Kirchner conclamou os presidentes ibero-americanos ao reconhecimento do fracasso do neoliberalismo e a "liderar generación de instrumentos que no transferían a los vulnerables las crisis" (CRISTINA..., 2008, p. 2). Para ela, os países integrantes do G-20, composto por nações em desenvolvimento, devem liderar o processo.

A trajetória neoliberal nos países em desenvolvimento, particularmente na América Latina, foi bem mais turbulenta do que na Europa e nos Estados Unidos. A razão principal é que prometia o paraíso liberal depois do purgatório das reformas: privatizações, estabilidade monetária com ajustes ortodoxos e recessivos, abolição de barreiras comerciais, redução dos direitos trabalhistas e previdenciários e políticas sociais focalizadas estritamente nas populações mais pobres. Aplicado em variados graus pelos diversos países, esse receituário fracassou: não se alcançou o paraíso porque o crescimento e a redução das desigualdades não foram vistosos e porque houve países que atravessaram um verdadeiro caos social, como a própria Argentina.

E assim, lentamente, a partir de meados do século XX, governantes mais à esquerda foram chegando ao poder no continente através das urnas, numa salutar rotina democrática: Hugo Chávez na Venezuela, Nestor Kirchner na Argentina, Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Ricardo Correa no Equador. Era o prenúncio político que o sistema econômico não atendia aos anseios da sociedade, o que a crise dos *subprimes* veio apenas referendar.

## OS DESAFIOS FUTUROS

A crise dos *subprimes*, a rigor, repete experiências desastrosas que datam de séculos e não constituem novidade em essência. Tudo começou com a baixa nos juros e a oferta de crédito, nos Estados

Unidos, na primeira metade da atual década, que resultaram na valorização dos imóveis. Essa valorização permitiu o refinanciamento dos imóveis pelos bancos, assegurando um crédito extra às famílias que aplicaram em consumo. A partir daí, os bancos emitiram títulos lastreados nessas

hipotecas para captar recursos e os investidores que o adquiriram também o fizeram, ampliando a rede em torno desses títulos (ENTENDA..., 2008). A festa chegou ao fim, porém, com a elevação das taxas de juros norte-americanas para conter a inflação, em 2007, o que reduziu o valor dos imóveis, elevou as prestações e, por consequência, a inadimplência (ENTENDA..., 2008). O perfil da clientela colaborou para a bancarrota, já que muitos eram pobres, permaneciam sob o risco do desemprego e, além disso, apresentavam histórico de inadimplência anterior.

Como houve ampla disseminação de títulos lastreados nas hipotecas, os bancos foram atingidos duplamente: pela inadimplência das famílias impossibilitadas de pagar suas dívidas e pela queda no valor dos títulos, que caíram drasticamente e levaram até então sólidas instituições financeiras à beira da falência, como a *Fannie Mae* e a *Freddie Mac*, isso já em meados de 2008. Como parte do pacote de ajuda, o Departamento de Tesouro anunciou a disponibilidade de até US\$ 200 bilhões.

No rastro da crise americana, porém, outras instituições não tiveram a mesma sorte: o *Lehman Brothers* faliu e a *American Home Mortgage* pediu concordata, esta última ainda em 2007. Já o *Merrill Lynch* foi incorporado ao *Bank of América* (ENTENDA..., 2008). O intervalo entre a crise nos Estados Unidos e seus reflexos na Europa foi quase instantâneo: como muitas instituições financeiras europeias investiram nos títulos lastreados nos créditos hipotecários dos EUA, houve a disseminação de uma onda

de pessimismo, que derrubou as cotações das bolsas e deixou em dificuldades instituições financeiras que apostaram nos *subprimes* norte-americanos.

No desenrolar da crise, o dólar reagiu à queda contínua que vinha sofrendo em relação às principais moedas do mundo e houve uma redução no ritmo do comércio mundial, já que a crise afeta os países mais dinâmicos economicamente. Sem vinculação com a especulação financeira dos *subprimes*, os países em desenvolvimento foram mais afetados pela redução no ritmo do comércio internacional, exportando menos e reduzindo suas expectativas de crescimento a partir do terceiro trimestre de 2008, quando a crise se tornou mais aguda.

A engenharia que envolve a crise em si, a propósito, não chega a constituir novidade no capitalismo e tem suas origens remotas na aventura do escocês John Law, que criou e levou à falência um banco estatal na Paris do século XVIII, exercitando, pioneiramente, a emissão desenfreada de títulos. O próprio Karl Marx, nos livros II e III d'O Capital, já descrevia efeitos semelhantes sobre a atividade econômica quando o fluxo de crédito sofria interrupções bruscas, embora com efeitos muito mais localizados, dado que o sistema capitalista estava distante de atingir o grau de articulação e interdependência dos dias atuais. E o *crack* de 1929, a rigor, também apresenta semelhanças com o fenômeno atual.

O desenvolvimento das forças produtivas, porém, enseja transformações que terminam provocando rupturas nos padrões convencionais de funcionamento do sistema. A crise atual, por sua magnitude, já é considerada a mais grave desde a Grande Depressão de 1929. Há, contudo, dois novos elementos, ausentes anteriormente e que, por si mesmos, exigem maior atenção: a proliferação de incontáveis títulos de natureza especulativa, cujo valor se atrela aos *subprimes* – ampliando os efeitos da crise e tornando mais oneroso para o contribuinte evitar a derrocada do sistema financeiro – e a própria velocidade dos fluxos de valores e informações na chamada era digital, que, se nos momentos de

expansão alavancam os lucros, nos momentos de crise aprofundam o pânico e o caos, pulverizando sólidos patrimônios, como é o caso de respeitáveis instituições financeiras.

O fenômeno tem se destacado pelas grandes cifras envolvidas: os anúncios de pacotes de ajuda se sucedem e um dos mais arrojados deles foi apresentado nos Estados Unidos, ainda sob a gestão de George Bush, com valor estimado em US\$ 700 bilhões (ENTENDA..., 2008). Os recursos serão aplicados pela Secretaria do Tesouro para a aquisição de "títulos podres", cujo valor se diluiu

com a crise. Outros US\$ 150 bilhões estão previstos em cortes de impostos e benefícios para a classe média, com o claro propósito de estimular o consumo e evitar o desaquecimento da demanda. Na Europa, os pacotes anunciados também envolvem cifras elevadas: US\$ 2 trilhões, sendo que as maiores injeções de recursos acontecem na Inglaterra (US\$ 807 bilhões), na Alemanha (US\$ 644 bilhões), na França (US\$ 360 bilhões) e na Suécia (US\$ 203 bilhões) (GOVERNOS..., 2008).

No Brasil, embora reiteradamente o presidente da República tenha afirmado que o país não será afetado pela crise econômica que, no máximo, será uma "marola" (GALHARDO, 2008), o fato é que também foram tomadas medidas desde os primeiros dias do aprofundamento da crise, principalmente para conter a disparada na cotação do dólar, que forçou o Banco Central a vender a moeda americana para frear a valorização e reduzir as oscilações. Outras medidas adotadas foram a redução dos depósitos compulsórios para elevar a liquidez na economia e a redução de impostos, como o IOF e o IPI (VEJA..., 2009).

O volume de recursos aplicados para debelar a crise, no entanto, pode não surtir integralmente o efeito desejado, já que os impactos rapidamente transpuseram os mercados financeiros, atingindo a economia real e provocando a previsão de recessão nas principais economias do mundo para 2009. Consciente da magnitude da crise, o Fundo

**O volume de recursos aplicados para debelar a crise, no entanto, pode não surtir integralmente o efeito desejado, já que os impactos rapidamente transpuseram os mercados financeiros, atingindo a economia real e provocando a previsão de recessão nas principais economias do mundo para 2009**

Monetário Internacional (FMI) reconhece que é necessária "coordenação" entre as ações dos países europeus e até mesmo entre países dos diversos continentes. "Uma ação ágil e coordenada entre os países é necessária para enfrentar a crise financeira", afirmou o diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn (GOVERNOS..., 2008).

Os recursos mobilizados e o apelo enérgico pela cooperação internacional para debelar a crise mostram as duas faces do fenômeno: de um lado, a financeirização da economia, que se descolou do âmbito da produção real e mergulhou no frenesi da geração de fortunas que se amontoam e desaparecem ao sabor da especulação financeira. Esse lado foi fortalecido pelo afrouxamento dos controles sobre o mercado financeiro, que na década passada consolidou o mito da autorregulação. O outro lado do fenômeno é a velocidade com que as fortunas se fazem e se desfazem. O desenvolvimento tecnológico e a chamada "Era Digital" mergulharam o mundo das finanças numa espiral em que, praticamente, não existe intervalo entre o início e o fim das operações, já que o mercado financeiro atua conectado em todo o planeta.

A combinação explosiva dos dois fenômenos – ausência de regulação sobre a atividade financeira e a velocidade das transações e do processo de propagação das informações – combinada à inerente natureza especulativa da atividade capitalista – provocando o *boom* dos *subprimes* –, acarretou a crise que assombra o mundo e que retirou das sombras o Estado e sua capacidade de intervir sobre a economia nos momentos de pânico e retração. Contudo, como é previsível, até mesmo a forma do Estado agir ganhou novas nuances, que ainda não estão perfeitamente claras e que dependem dos desdobramentos da crise e também dos resultados alcançados pelos governos.

Um fato já constatado é que, isolados, os países são incapazes de debelar a crise econômica. Por essa razão é que o diretor-gerente do FMI apelou para ações "coordenadas e ágeis" dos países mais afetados pelo fenômeno, como os Estados Unidos e a União Europeia (GOVERNOS..., 2008). A fluidez dos títulos através dos mercados financeiros e a engenharia especulativa que entrelaça diversos papéis tornam as próprias instituições responsáveis

pelos títulos e aquisições suscetíveis da bancarrota, quando os valores despencam. A crise mostra isso e mostra também a elevada interdependência estabelecida entre os agentes financeiros, graças à complexa composição dos títulos.

Esse cenário mostra os desafios postos aos Estados Nacionais no esforço de conter a recessão. Afinal, antigos fenômenos permanecem presentes, reproduzindo as clássicas crises capitalistas – como a escassez de crédito, as demissões de trabalhadores, a falência de empresas ou os pacotes econômicos de inspiração keynesiana –, mas novos elementos são colocados, como a vertiginosa velocidade de propagação da crise sobre os mercados financeiros, a magnitude dos valores envolvidos, a forte interdependência entre os países devido à integração financeira e a incapacidade dos países, sozinhos, serem capazes de reverterem a recessão. Outro grande nó é que, rendidos pelo discurso da necessidade de liberalização dos fluxos de capital com o objetivo de promover o desenvolvimento, os países renunciaram à capacidade de arbitrar sobre a questão e, hoje, a maioria não dispõe de instrumentos adequados para, ao menos, frear a onda especulativa e atenuar os efeitos da crise.

É evidente que a crise está sendo mais severa nos países onde os mercados de capitais são mais desenvolvidos e onde os *subprimes* norte-americanos circularam. Esse quadro retrata a situação dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão, eixo no qual se situam as economias mais desenvolvidas do mundo. São justamente esses países que, agora, buscam integrar suas políticas de combate à crise e de onde parte o reconhecimento – ainda que inicialmente constrangido – de que o sistema de mercado não dispõe de mecanismos endógenos de regulação como acreditam alguns, e que cabe ao Estado um papel protagonista na tentativa de reverter a recessão anunciada.

Os primeiros desafios são evidentes. Um deles – e que não chega a constituir novidade, já que o debate é antigo – refere-se à necessidade de regulação dos mercados financeiros, contendo as iniciativas irresponsáveis ou meramente especulativas. A crise mostra que a sacrossanta livre iniciativa deve ser preservada até o limite em que não provoque sérios danos às sociedades e aos agentes econô-

micos, pois milhões perderam seus empregos ao redor do mundo nos últimos meses. A defesa intransigente do postulado da livre iniciativa, a propósito, mostra-se uma distorção das ideias originais de Adam Smith que, nos últimos anos, tem servido de justificativa para toda forma de especulação irracional.

A concentração em torno desses controles, todavia, não deverá ser fácil. Afinal, quase sempre há interesses conflitantes entre os países desenvolvidos e os demais, o que certamente levará à apresentação de uma série de propostas e, muito provavelmente, modelos distintos deverão ser adotados. Há, inclusive, a possibilidade de que as discussões sobre esses controles não prosperem, por dois motivos: pelas pressões dos mercados financeiros, representados por corporações cujos capitais superam o PIB de muitos países, e, talvez, até pela acomodação natural do pós-crise. O certo é que, nesse tema, as discussões tendem a ocorrer através dos blocos que têm congregado os países movidos por interesses comuns nos últimos anos. É o caso clássico da União Europeia – que já se movimenta articulando esforços entre seus membros – e entre os países em desenvolvimento cuja agenda semelhante originou o chamado G20, grupo que o Brasil integra.

As incertezas que pairam sobre um aspecto pontual, mas absolutamente relevante – o controle dos fluxos de capital e seus processos de mutação na esfera financeira –, são extensíveis à própria natureza do Estado que se desenha a partir da crise e sobre sua forma de atuação. Afinal, o Estado inerte das décadas anteriores, que deveria recolher-se às suas funções privativas e deixar o mercado regular o funcionamento da economia, já não cabe nesse início de século XXI. Aliás, certamente já nem existe, pois o próprio Estado norte-americano cogita a possibilidade de comprar parte das montadoras de automóveis para evitar riscos de falência e, nos demais países, os governantes elaboram pacotes de ajuda econômica cujo viés intervencionista é inegável. É certo, porém, que o Estado empresário

ou o Socialismo de Estado vigente até o início da década de 1990 são absolutamente irresgatáveis, pela lógica incapacidade de estruturas densamente burocratizadas e, por consequência, morosas para fazer frente aos desafios dos dias atuais.

**O papel que o Estado vai desempenhar – ou que já está desempenhando –, longe de representar uma acomodação do capital à lógica do Estado, é exatamente o inverso: o Estado é quem desenvolve mecanismos capazes de fazer frente a mais uma crise do capitalismo, considerada a mais severa em muitas décadas**

é o de uma nova reconfiguração no sistema capitalista e em seu modelo de acumulação. O papel que o Estado vai desempenhar – ou que já está desempenhando –, longe de representar uma acomodação do capital à lógica do Estado, é exatamente o inverso: o Estado é quem desenvolve mecanismos capazes de fazer frente a mais uma crise do capitalismo, considerada a mais severa em muitas décadas.

Essa crise é produto de uma ruptura no sistema que exige um novo padrão de interpretação de funcionamento do capitalismo. Essa reinterpretção, por sua vez, vai movimentar as peças no tabuleiro econômico, acomodando-as ao padrão imposto pela ruptura. A posição de uma das peças-chave nesse tabuleiro – o Estado – vai depender muito das marés sociais que a crise vai provocar, das interpretações vindouras e da movimentação dos agentes políticos em torno do planeta nos próximos anos. O certo é que a engrenagem capitalista vai começar a funcionar de forma diferente, como ocorreu em 1929 e em 1973, para ficar apenas nos exemplos mais recentes. Contrariando o próprio lorde Keynes, que adotava a visão clássica da economia no longo prazo, ainda que nele estejamos todos mortos...

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *subprimes* foram o estopim de uma nova crise no sistema capitalista que se originou onde antigos

Nos angustiosos e sombrios dias que se arrastam no inverno do Hemisfério Norte, há um espectro rondando a Europa e os Estados Unidos. Esse espectro, todavia, não é o do comunismo, conforme previu Karl Marx há exatos 160 anos. O espectro que atormenta a *Wall Street*, a *City* londrina e os demais centros financeiros mundiais

prognósticos a situavam: no sistema financeiro, que, sob o argumento da livre iniciativa, funcionava sem freios, muitas vezes desconhecendo os limites entre o arrojo, a audácia e a irresponsabilidade. Não seria muito diferente das crises anteriores, caso a temerária proliferação dos títulos não atingisse a amplitude que atingiu, nem com a velocidade que é assegurada pelos modernos meios de comunicação digital.

Essas diferenças reservam, portanto, um papel diferenciado para os Estados, que já atuam sob uma nova perspectiva intervindo diretamente na economia para evitar uma previsível e calamitosa crise sistêmica. No desenrolar da crise, o debate sobre a dimensão política da atuação do Estado deverá ser resgatado, assim como já ocorreu anteriormente. A novidade é que, assim como mudou o sistema a partir de meados de 2008, também deve mudar a configuração do Estado.

As previsões calamitosas sobre a derrocada final do capitalismo ainda não foram retomadas. Afinal, em crises anteriores esse sistema demonstrou incrível capacidade de adaptação, recuperação e perpetuação, sofrendo mutações que encontram no Estado um elemento estratégico para perpetuá-lo.

A certeza incontestável é que o capitalismo atravessa, nos dias atuais, sua mais longa provação desde pelo menos 1973. A extensão dessa provação e seus efeitos sobre a economia real – que já são visíveis e devem provocar, somente na América Latina, dois milhões de demissões em 2009 – pertencem ainda ao futuro. Assim como a dimensão exata das transformações que vai acarretar sobre a economia mundial.

#### REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/balanconeolib.html>> Acesso em: 5 jan. 2009.

CRISTINA: el neoliberalismo fue la crónica de una muerte anunciada. *El Argentino*. Buenos Aires, p. 2, 31 out. 2008.

ENTENDA a evolução da crise que atinge a economia dos EUA. *Folha Online*, São Paulo, 27 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u459545.shtml>> Acesso em: 10 jan. 2009.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Pensadores)

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Rocco, 2007.

GALHARDO, Ricardo. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 out. 2008. Disponível em: <[http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/10/04/lula\\_crise\\_tsunami\\_nos\\_eua\\_se\\_chegar\\_ao\\_brasil\\_sera\\_marolinha\\_-548552017.asp](http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/10/04/lula_crise_tsunami_nos_eua_se_chegar_ao_brasil_sera_marolinha_-548552017.asp)> Acesso em: 28 dez. 2008.

GOVERNOS europeus mobilizam trilhões de dólares contra a crise. *Folha Online*, São Paulo, 23 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u459545.shtml>> Acesso em: 12 jan. 2009.

HEILBRONER, Robert. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas – idem)

KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas)

MALTHUS, Rodbertus. *Princípios da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas)

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas)

\_\_\_\_\_. *O manifesto comunista*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985. (Obras Escolhidas, v. 1)

QUESNAY, François. *Quadro econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas)

POMPONET, André. *Determinantes do processo de industrialização periférica da Bahia*. Feira de Santana: UEFS, 2002.

RICARDO, David. *Princípios da economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas)

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Economistas)

VEJA as medidas já anunciadas no Brasil para combater os efeitos da crise. *Folha Online*, São Paulo, 22 jan. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u464961.shtml>> Acesso em: 25 jan. 2009.